

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.173 - ano 16 | Março de 2014 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

**Presidente
da C.M. Faro,
Rogério
Bacalhau,
em entrevista**

**“Queremos ser referência
para todo o dispositivo
de proteção civil”**





Foto ANBP

Uma manifestação de Bombeiros Profissionais junto à Presidência do Conselho de Ministros!

Esta vai ser uma das muitas propostas, apresentadas pela Direção Nacional no 13º Congresso Nacional dos Bombeiros Profissionais que vai decorrer nos dias 12 e 13 de Abril no Hotel Eva em Faro.

ANBP/SNBP estão deveras descontentes uma vez que o Governo, (e já enviamos a Sua Exª. o Senhor Primeiro Ministro tal posição), tem dois procedimentos diferentes em relação a quem governa.

Em Janeiro de 2011, e após tomada de posse do atual governo, a Secretaria de Estado da Administração Interna, na pessoa do então Secretário de Estado Dr. Filipe D”Ávila, constituiu com a ANBP um Grupo de Trabalho, tendo sido produzido um ante projeto do Regime Jurídico dos Bombeiros Profissionais.

Após conclusão desse trabalho foi remetido para as Secretarias de Estado da Administração Local e Pública, a quem a ANBP solicitou audiências para que o projeto tivesse a devida discussão no sentido de ser aprovado.

Sucede que na Administração Pública fomos recebidos pelo então Secretário de Estado, Dr. Hélder Rosalino. Na Administração Local por onde passaram três Secretários de Estado incluindo o atual, fomos recebidos em

2012 por um Ajunto do Secretário de Estado e em Novembro de 2013, antes das eleições autárquicas, pelo atual Secretário de Estado da Administração Local – Dr. António Leitão Amaro, dando-lhe conta de todos os atrasos e a necessidade urgente em aprovar o anteprojecto elaborado pela ANBP e pela Secretaria de Estado da Administração Interna.

Teve também lugar uma reunião entre a ANBP e a Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de podermos discutir as matérias em análise sendo que a ANMP concordou com as propostas apresentadas pela ANBP. Ou seja, no mesmo Governo há procedimentos diferentes: quando o Ministério da Administração Interna elabora com a ANBP um anteprojecto para regularizar a carreira dos bombeiros profissionais da Administração Local, e a Secretaria de Estado da Administração Pública reúne e discute com a ANBP, temos a Secretaria de Estado da Administração Local que não dá resposta a um trabalho já feito e aprovado pelo MAI.

Já lá vão quase quatro anos e corremos o risco do Governo terminar o seu mandato sem que a Secretaria de Estado da Administração Local

TENHA FEITO NADA pelos bombeiros profissionais.

Atendendo a tudo isto, só nos resta mostrar a nossa indignação através de uma manifestação nacional junto da Presidência do Conselho de Ministros para que Sua Exª., o Primeiro Ministro saiba publicamente quem NÃO TRABALHA no seu Governo e coloca em risco uma profissão tão importante para as populações e para o País.

As Câmaras Municipais, de quem dependem diretamente os bombeiros municipais e sapadores, concordam com o ante – projeto. Estão limitadas na transferência de dotações orçamentais para a proteção civil municipal, e não podem fazer nada pois as matérias em questão (avaliação SIADAP, horário de trabalho, ingresso, carreiras, Serviços de Prevenção, Seguros entre outros) são da responsabilidade do Governo.

Perante estes factos, podemos afirmar que o MAI e a Secretaria de Estado da Administração Pública, reúnem com a ANBP, discutem, produzem trabalho e a Secretaria de Estado da Administração Local, não quer saber nada destas nossas legítimas reivindicações.



Posto de Vigia

✚ Mais

✚As câmaras municipais do Algarve assinaram um acordo com os sindicatos, onde se inclui o SNBP, para adoção do regime das 35 horas de trabalho semanal. Os Bombeiros Municipais de Olhão, Loulé e Tavira e os Sapadores de Faro vão beneficiar deste horário

✚A mascote da proteção civil da ANBP, Zé Baril, participou na semana aberta da proteção civil da Câmara Municipal do Porto, com iniciativas para os mais pequenos.

✚A aprovação pela Assembleia Municipal de Braga da aplicação do horário dos quatro turnos para a Companhia Bombeiros Sapadores de Braga.

✚ Menos

✚Um incêndio, na zona industrial de Vila Nova de Gaia, destruiu quatro armazéns de tecido e de papel, deixando em causa 42 postos de trabalho. Na origem deste incêndio terá estado mão criminosa.

✚Os bombeiros do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa continuam a aguardar pela renovação dos seus equipamentos de proteção individual.

Este jornal está escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

Consulte o nosso site em www.anbp.pt e o nosso Facebook

ficha técnica

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais
Instituição de Utilidade Pública

Diretor

Filomena Barros

Diretor-Adjunto

Sérgio Carvalho

Redação

Cátia Godinho

Miguel Marques

Fotografia

Gab. Audiovisual ANBP

Grafismo

João B. Gonçalves

Paginação

João B. Gonçalves

Publicidade

Paulo Bandarra

Impressão

Gráfica Funchalense

Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem

25 000 exemplares

registo n.º 117 011
Dep. Legal n.º 68 848/93

Alto Risco

cupão de assinatura

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tlm.: _____

Email: _____

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correio para:

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato

Por Sérgio Carvalho, Presidente do SNBP



Sindicatos: parceiros ou inimigos?

Com a atual conjuntura e sucessivas alterações legislativas no âmbito laboral, os sindicatos vêm, cada vez mais, o seu papel reforçado como parceiros na negociação na defesa dos interesses dos seus associados. Para quem pensou que o movimento sindical e a sua forma de estar estavam condenados ao fracasso, o trabalho desenvolvido pelo nosso sindicato no último ano vem demonstrar exatamente o contrário. O reflexo desse crescimento foram as dezenas de Acordos firmados em todo o país com as várias entidades detentoras de corpos de bombeiros, negociando sempre de boa- fé, apresentando propostas viáveis, credíveis e sempre abertas a futuras melhorias das suas condições.

O futuro do movimento sindical, onde nos incluímos, tem de ir de encontro à nova realidade da sociedade e alterar a sua abordagem dos problemas dos seus associados, quer ao nível da resposta às suas necessidades, quer ao nível da contestação e defesa dos seus direitos junto das entidades patronais. Uma demonstração forte da importância dos Sindicatos, no meu entendimento, foi conseguida com a assinatura de um Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública com a AMAL que conseguiu juntar 16 autarquias num único propósito, independentemente da sua cor política, e que acabou por ser uma posição histórica e in-

teligente na atual conjuntura do país.

Se a posição destas 16 câmaras municipais, que assumiram em conjunto, foi importante no contexto político nacional, mais importante para este sindicato, e que não pode deixar de ser referenciado, foi também a forma como todos os sindicatos que assinaram este acordo assumiram uma posição comum, se sentaram à mesma mesa, independentemente da sua ideologia, filiação política ou outra, ou classe profissional específica que representa.

Esta conjugação de esforços demonstra que é possível dialogar e negociar, sempre na perspetiva do bem comum, conjugando esforços e objetivos bem definidos, colocando sempre os associados em primeiro lugar. Como sempre disse, e no caso concreto do SNBP, sempre crescemos na adversidade e o futuro depende da forma como os dirigentes sindicais assumem os desafios e definem qual o objetivo principal das lutas que se propõe travar.

Em primeiro lugar estão os associados. Esta deve ser a premissa deste sindicato e, como tal, para salvaguardar o seu bem-estar temos que conseguir chegar a acordo com as suas entidades patronais e só assim, no final da negociação, conseguir bons resultados.

A negociação é o futuro e para as entidades patronais que não aceitam esta premissa, a luta continua.

informação aos associados dos
Secretariados Regionais de Lisboa e do Norte

Secretariado Regional de Lisboa

Durante o mês de Abril, o aconselhamento jurídico é feito às quartas-feiras (das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00), na sede de ANBP/SNBP. Para apresentar pedido e agendar deverão contactar o secretário-coordenador de Lisboa de ANBP/SNBP, subchefe 1ª classe, António Vinagre. Contacto: 91 850 10 74

Secretariado Regional do Norte

O secretariado regional do Norte, juntamente com o gabinete jurídico, estão disponíveis para qualquer esclarecimento todas as primeiras quartas-feiras de cada mês. Os interessados deverão agendar e preparar os meios necessários para prestar esclarecimentos. No caso de impedimento de qualquer uma das partes, deverá ser passada a informação e marcada de imediato uma data alternativa.

Deverá ser contactado o secretário-coordenador do Norte Álvaro Vilar: 91 850 10 79

bte

Publicado em BTE
renovação AE Alcobaça

Foi publicada no Boletim de Trabalho e Emprego nº 11 de 22 de Março de 2014 a renovação do Acordo de Empresa celebrado entre o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcobaça. O documento contempla alterações em relação ao documento de 2011, nomeadamente ao nível salarial, de regulamentação de carreiras e regulação da utilização de veículos.



dirigentes anbp/snbp



Nome: Nélson António
Profissão: Sapador Bombeiro do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa
Cargo: Direção Nacional ANBP



Nome: Óscar Silva
Profissão: Subchefe de 2ª classe do Batalhão Sapadores Bombeiros do Porto
Cargo: Secretário Suplente da Assembleia Geral



Nome: Álvaro Vilar
Profissão: Subchefe 2ª classe da Companhia Bombeiros Sapadores de Gaia
Cargo: Secretário- Coordenador do Secretariado Regional do Norte



Nome: Ricardo Fernandes
Profissão: Bombeiro Municipal 2ª classe da Companhia Bombeiros Sapadores de Braga
Cargo: Relator Secretariado Regional do Norte

entrevista



Rogério Coelho Bacalhau é presidente da Câmara Municipal de Faro, cidade anfitriã do 13º Congresso Nacional de Bombeiros Profissionais. Em entrevista ao jornal Alto Risco, o autarca fala dos objetivos que traçou para este mandato e dos projetos para o setor dos bombeiros e proteção civil municipais.

“Municípios e Associações Humanitárias detentoras de corpos de bombeiros têm que ser encaradas da mesma forma pelo Governo Central”

Assumiu o comando do município de Faro em Setembro do ano passado. Quais foram as metas que estabeleceu para este mandato?

Depois de anos difíceis, Faro tem prosseguido um caminho de estabilização das suas finanças e da sua credibilidade. Agora é tempo de voltar a pôr o concelho no mapa dos

eventos e na rota do investimento. Faro tem um conjunto de características que o torna único e, por via disso, começa já a afirmar-se no mapa turístico. Acredito que os próximos anos serão anos de confirmação desta pujança que neste momento se encontra apenas em potencial. No que aos bombeiros diz respeito,

queremos ser um concelho exemplar, referência para todo o dispositivo da proteção civil. Para isso vamos bater-nos para dotar os nossos profissionais de ainda maior capacidade técnica, substituindo equipamentos já em fim de linha e dotando a frota automóvel de maior operacionalidade.

Como é que o concelho de Faro tem sentido a crise? Quais as áreas mais afectadas pelos constrangimentos orçamentais?

Neste momento, a rede viária está muito maltratada – há mais de dez anos que não se faz investimento nessa área. Sentimos também que as infraestruturas municipais carecem



de adequação e melhoramento. E, por outro lado, temos uma série de obras estruturantes que são responsabilidade do Governo Central, e que se encontram paradas como a II Fase da Variante Norte a Faro ou que simplesmente nem começaram como o porto comercial, as dragagens da Ria Formosa, a ligação ferroviária ao Aeroporto entre tantas outras.

Quais têm sido os maiores desafios no que toca ao sector da proteção civil e bombeiros?

Nos últimos anos, Faro concentrou-se muito no planeamento das suas atividades em diversas áreas. A área da proteção civil e bombeiros é certamente uma das mais importantes. Com efeito, estamos a trabalhar para dotar o município de boas ferramen-

tas de planeamento de emergência. Depois de elaborados os planos de emergência municipal, defesa da floresta, plano operacional municipal, plano de emergência externa do Aeroporto de Faro, iremos agora concen-

“Estamos a trabalhar para dotar o município de boas ferramentas de planeamento de emergência”

trar os nossos esforços em planos específicos face a alguns riscos naturais e outros para riscos tecnológicos. O cuidado e o rigor no planeamento continuarão a ser desafios encarados muito a sério nesta autarquia.

Que tipo de apoio deveria ser dado às autarquias com corpos de bombeiros profissionais?

Não há financiamento do Estado para os corpos de bombeiros municipais/sapadores. Apenas para os voluntários. Municípios e Associações Humanitárias detentoras de corpos de bombeiros têm que ser encaradas da mesma forma pelo Governo Central e dotadas dos mesmos apoios em sede de Orçamento Geral do Estado. É uma questão de equidade.

Que melhorias deveriam ser implementadas no corpo de bombeiros? Considera suficiente o número de efetivos de que os Sapadores de Faro dispõem atualmente?

Infelizmente, as limitações que nos são impostas no quadro das nos-

sas obrigações legais e orçamentais, não nos permitem que reforcemos agora o nosso efetivo de bombeiros profissionais como gostaríamos. No entanto, a segurança dos cidadãos não se compadece com estas limitações de carácter burocrático. Por isso, penso que é tempo de começarmos a pensar na criação de um regime de exceção que permita a contratação de elementos para reforço dos corpos de bombeiros. É que se não dermos já passos firmes nesse sentido, depois pode ser tarde demais...

Quais são as principais carências da corporação e que medidas estão a ser tomadas para ultrapassar essas falhas?

A nossa corporação tem dado provas de uma excelente capacidade operacio-



nal. Temos um corpo de bombeiros com boa preparação e uma boa estrutura de comando. Claro que temos as nossas lacunas que importam colmatar. Devíamos ter viaturas mais modernas e melhor equipadas, devíamos ter mais recursos humanos

No ano passado, os cortes sofridos nos vencimentos dos bombeiros levaram a que alguns optassem pela emigração, por dificuldades de sobrevivência. Tem aumentado o número de casos de bombeiros que emigram? Como tem sido ultrapassada esta situação?

Essa é uma dificuldade que ainda não nos afeta particularmente em Faro. Creio que a administração central tem que encontrar formas de dignificar mais a carreira de bombeiro profissional no sentido de lhe dar a atratividade e a dignidade que indubitavelmente merece, uma vez que a segurança dos cidadãos é um bem que não pode nunca ser descurado.

Considera que os acidentes e mortes de bombeiros que ocorreram no ano passado contribuíram para os autarcas adquirirem uma maior consciência da necessidade de investir nos seus bombeiros (equipamento, formação)?

Faço votos que sim. Em Faro, particularmente, estamos muito preocu-

pados com esta situação. Ainda que estejamos em circunstâncias orçamentalmente muito apertadas, teremos forçosamente que encontrar as formas legais para proceder ao apetrechamento da nossa corporação. É o que tentaremos fazer.

Que desafios a nível de segurança se impõem a um município como Faro? Há uma preocupação acrescida na época do Verão?

Naturalmente que durante a época estival, o aumento da população, que chega a triplicar no Algarve, faz aumentar a probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos/industriais e de um maior número de acidentes rodoviários. Devemos, pois preparar os nossos efetivos e estar ainda mais alerta.

ANBP/SNBP têm assinado Acordos Colectivos para Entidade Empregadora Pública com várias autarquias com bombeiros profissionais para garantir as 35 horas. Qual a importância que atribui a estes ACEEP?

Não é aconselhável mudar o que

funciona. As 35 horas têm provado ser um regime adequado para os bombeiros na atual conjuntura.

ANBP/SNBP escolheram a cidade de Faro para a realização do seu Congresso Nacional de Bombeiros Profissionais. Como encara esta iniciativa?

Com orgulho. Faro recebe cada vez mais eventos com relevância técnica em diversas áreas. Este é mais um.

“As 35 horas têm provado ser um regime adequado para os bombeiros na atual conjuntura”.

Como cidadão e autarca, sente-se seguro em Faro?

Faro é uma cidade segura. As populações dispõem de duas excelentes corporações: uma municipal e uma voluntária que se complementam, fazendo com que eu possa dormir descansado todas as noites.

aceep amal



► Os dirigentes nacionais e os dirigentes regionais de ANBP/SNBP, os presidentes das Câmaras Municipais com Bombeiros Profissionais- Faro (Rogério Bacalhau), Tavira (Jorge Botelho), Loulé (Vitor Aleixo), Olhão (António Pina), e a presidente da Câmara Municipal de Portimão, Isilda Gomes, também responsável pela proteção civil da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Câmaras do Algarve assinam acordo com sindicatos para as 35 horas

As 16 autarquias da Região do Algarve assinaram, no dia 18 de março um Acordo com os sindicatos para a adoção das 35 horas semanais de trabalho, no dia 18 de março. Este foi o primeiro acordo a incluir todos os sindicatos e todas as autarquias algarvias - dez do partido socialista, cinco do PSD e uma da CDU - e vai contra as 40 horas semanais decididas pelo governo.

O presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Jorge Botelho, considerou que este foi “um momento que marca a associação de municípios, um momento que encontra os municípios com os sindicatos” e salientou que “o Acordo só foi possível devido ao consenso existente entre os municípios”.

Para Jorge Botelho, também presidente da Câmara Municipal de Tavira, “as 16 câmaras deram sinal de que os autarcas estão empenhados no desenvolvimento da região”. O autarca lembrou, no entanto, que “o contrato que assinámos para as 35 horas é válido, porque está aprovado pelas nossas sessões de câmara, mas digamos que ainda não têm a condição de eficácia, porque todos estes processos (130 acordos) têm de ser transferidos para o gabinete do

Secretário de Estado para poderem ser homologados”.

Já o secretário-geral da FESAP Nobre dos Santos classificou aquele como “um dia histórico para a associação (AMAL) e para o país. É o primeiro acordo ao nível de associações municipais. É fundamental conciliar a vida familiar com a profissional e estes acordos contribuem para que os trabalhadores estejam mais empenhados nas suas atividades”.

O presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais congratulou-se com o esforço da AMAL em unificar os sindicatos numa postura comum, demonstrando “uma nova visão com a articulação entre os sindicatos e o poder local”. Sérgio Carvalho considerou que, numa altura em que os sindicatos são postos em causa, “este acordo vem mostrar a importância da sua união”.

O Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública assinado pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais com a AMAL vai garantir aos Bombeiros Sapadores de Faro e aos Bombeiros Municipais de Tavira, Loulé e Olhão a aplicação do horário de trabalho das 35 horas semanais.



► Os presidentes das autarquias e os sindicatos envolvidos na assinatura do ACEEP

entrevista



O presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Jorge Botelho é também presidente da Câmara Municipal de Tavira. O autarca falou ao Alto Risco do caráter inédito deste acordo celebrado entre os 16 municípios do Algarve e vários sindicatos, da importância da unanimidade de todos os municípios do Algarve e lançou desafios ao poder central.

“A força da região é a unanimidade das nossas posições”

Como foi conseguir chegar a este documento?

Foi um processo de negociação com todos os sindicatos partindo de um princípio: a Associação de Municípios do Algarve não faria um acordo para as 35 horas que escolhesse um sindicato em desprimor de outro. Para termos uma atitude unânime dos senhores presidentes de câmara- e nesta associação de municípios estão representadas 10 autarquias do PS, cinco do PSD e uma da CDU- o pressuposto era todos concordarmos com o regime das 35 horas porque entendemos que é melhor compatibilizar a vida familiar com o regime de trabalho e criar rotinas. Não ganhamos nada em criar as 40 horas. A produtividade baixa, as pessoas ficam desmotivadas e os serviços têm mais custos de funcionamento porque estão mais tempo abertos. Não ganhamos nada com isso. O que temos que ser é mais eficazes e de alguma forma temos que motivar os nossos colaboradores e acima de tudo acreditamos no regime das 35 horas.

O suposto era fazer acordos mas promovendo a unanimidade. A força da região é a unanimidade das nossas posições, independentemente das condições de cada presidente de câmara. Foi possível com uma conversa com os autarcas chegar a acordos com todos. Para nós não há sindicatos nem de primeira nem de segunda. Há posições exequíveis com equidade,

sustentabilidade e de bom senso para podermos chegar a acordos. Um acordo é uma relação entre duas partes. Todos ganham. Nós acreditamos que a Associação de Municípios ganhou, o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais ganhou, mas acima de tudo ganharam os funcionários.

Trata-se de um acordo pioneiro entre as associações. Considera que o exemplo poderá ser seguido?

Este é um exemplo em que os acordos e a concertação social são possíveis, independentemente das crenças das pessoas. Todos nós pensamos de uma forma ou de outra, mas o acordo é possível e desejável. Neste país tão em crise, onde as posições estão muito exacerbadas é fundamental encontrar pontos de acordo para que consigamos ter políticas implementadas e foi isso que fizemos. Não foi fácil chegar cá, mas com bom senso e sobretudo muita persistência acertámos, porque sempre dissemos que não há posições de sindicatos, mas sim posições comuns de sindicatos que têm que combinar com as posições comuns da Associação de Municípios e foi isso que aconteceu.

A Comunidade Intermunicipal do Algarve tem quatro municípios que têm corpos de bombeiros profissionais. Como tem acompanhado as difícil-

dades sentidas pelos bombeiros nestes municípios?

Os bombeiros ganham cada vez menos. O regime alicerçado em horários tem perdido competitividade, tem perdido rendimentos. No regime de bombeiros municipais isto é uma desgraça. O que acontece é que há uma dupla tutela em relação aos bombeiros, onde claramente os bombeiros municipais por serem municipais são prejudicados. Não recebem nenhuma contrapartida do Estado nem nenhum processo de contratualização.

Estamos cá para mudar isso. Espero que isso aconteça e que o SNBP se envolva nesta causa de quase 30 corporações de bombeiros municipais existentes (que são muito representativas do sector).

Costumo dizer que uma coisa são as 35 horas outra coisa é “isto tem que andar” e na negociação com o governo o SNBP tem a obrigação (como nós temos) de dignificar e defender os corpos de bombeiros municipais, numa relação de contratualização com o Estado. Aqui o que interessa, na minha opinião, não é quem são os titulares dos corpos de bombeiros. São os bombeiros que têm direito à carreira e a um regime igual. Só se pode fazer igual quando estivermos todos no mesmo patamar.

É presidente da Câmara Municipal de Tavira, que também tem bombeiros municipais. Considera que deveria haver alteração do financiamento das autarquias com bombeiros?

Sem dúvida. Não nos digam que não é possível, porque o que não é, torna-se possível desde que haja vontade. Neste momento o que acontece é que são as Câmaras com bombeiros municipais que os pagam. E isso não é justo, porque somos nós que compramos os equipamentos e outras coisas e no teatro das operações somos todos iguais.

Defende uma revisão geral do setor?

Defendo uma revisão geral, que equipare os padrões e as várias carreiras, numa única só, com o mesmo regime de remuneração e de contratualização com o Estado.

Como tem acompanhado a questão da emigração dos bombeiros, formados pelas autarquias e que abandonam o país?

O preço das horas extraordinárias baixou drasticamente, as ajudas baixaram drasticamente, os horários, o processo de contratualização também. Tudo baixa drasticamente e isso reflete-se nos horários porque os bombeiros não são bem remunerados, como toda a administração pública neste momento. O que quer dizer que estão a sofrer como todos os outros.



aceep funchal

ANBP/SNBP assinam ACEEP com C.M. Funchal

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinaram no dia 28 de março um Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública com a Câmara Municipal do Funchal. O documento garante a manutenção das 35 horas de trabalho semanal para os funcionários da autarquia.

Para o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafôfo, a assinatura do acordo representa uma posição política, dado que a reposição

das 35 horas semanais é uma questão de justiça, uma vez que os trabalhadores têm vindo a ser extremamente prejudicados, quer com o aumento das horas de trabalho, quer com a austeridade em vigor, situação que significa trabalhar mais por menos.

O acordo celebrado inclui instrumentos de gestão, sendo considerado como positivo para os trabalhadores.

Os Bombeiros Municipais do Funchal vão passar a beneficiar das 35 horas semanais.

**braga**

ANBP/SNBP reuniram com vereador proteção civil Braga

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 13 de março com o vice-presidente da Câmara Municipal de Braga e também vereador da proteção civil, Firmino Marques. Do lado de ANBP/SNBP estiveram os dirigentes nacionais e regionais Sérgio Carvalho, Domingos Morais, Álvaro Vilar, Manuel Pereira, Ricardo Fernandes e Pedro Cunha. Em cima da mesa esteve a implementação de um horário de quatro turnos (12/24-12/48).

Este assunto foi proposto ao Executivo Municipal de Braga que aprovou, a 24 de março, em reunião de Câmara, o Acordo para a regulamentação do horário de trabalho dos Bombeiros Sapadores de Braga, celebrado entre a autarquia, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais.



► ANBP/SNBP reuniram-se com o vereador da proteção civil e vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, Firmino Marques

aceep viana do castelo

ANBP/SNBP assinam ACEEP com Viana do Castelo e garantem as 35 horas

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinaram no dia 13 de Março, o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública com a Câmara Municipal de Viana do Castelo.

O acordo foi assinado na sequência de uma deliberação camarária de 20 de fevereiro que prevê a implementação das 35 horas semanais.

O presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo referiu o apreço e a importância do serviço público



► O presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo José Maria Costa reconheceu a importância da assinatura deste documento



► O presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, Sérgio Carvalho

prestado aos cidadãos e a grande preocupação do município na qualidade de prestação destes serviços de proximidade.

O autarca José Maria Costa reafirmou que ao assinar este acordo, o município está consciente do elevado profissionalismo e do sentido de interesse público na atribuição dos horários de funcionamento da Câmara Municipal

de Viana do Castelo.

Já o presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, Sérgio Carvalho, congratulou-se com a assinatura deste acordo, uma vez que o documento garante a manutenção das 35 horas semanais para os Bombeiros Municipais de Viana do Castelo, bem como a aplicação dos quatro turnos no regime 12/24- 12/48.

notícias

Preocupações de RSB discutidas em reunião com vereador

Os Bombeiros do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa querem a aprovação do regulamento interno e a aquisição de equipamento de proteção individual para poder desempenhar as suas missões. Estas foram duas das reivindicações que uma delegação de dirigentes nacionais e do Secretariado Regional de Lisboa de ANBP/SNBP levou à reunião com o vereador da proteção civil da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Manuel Castro.

A aquisição e manutenção de viaturas e equipamentos, a aquisição de fardamentos para trabalho, a remuneração e escalamento dos serviços de prevenção às casas de espetáculos e as condições de segurança, salubridade e habitabilidade dos quartéis estiveram entre as preocupações

apresentadas por ANBP/SNBP, bem como as promoções e os novos ingressos.

Outra das reivindicações que ANBP/SNBP levaram ao vereador foi a necessidade de uma nova recruta, de forma “a garantir a sustentabilidade do RSB”. De acordo com o vereador Carlos Castro está a ser desenvolvido trabalho com o Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa para que ingressem os 70 elementos anteriormente previstos e para que, de futuro, se proceda de forma contínua ao ingresso de 30 a 40 bombeiros conforme as necessidades.

A delegação de ANBP/SNBP entregou ainda um dossier com reivindicações dos Bombeiros do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa ao vereador da autarquia.

aceep cimt



Câmaras do Médio Tejo assinam ACEEP com ANBP/SNBP e garantem as 35 horas

Dez autarquias da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) assinaram no dia 28 de março os Acordos de Entidade Empregadora Pública com Sindicatos para garantirem a redução do horário de trabalho dos seus funcionários para as 35 horas.

Os Acordos foram firmados entre as Câmaras de Abrantes, Alcanena, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Torres Novas, Sertã, Vila de Rei e Barquinha e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais e outras três estruturas sindicais. As restantes três autarquias que constituem a CIMT, Constância, Entroncamento e Tomar “encontram-se a ultimar o respetivo procedimento para o acordo”, de acordo com nota de imprensa da CIMT.

Para o SNBP, a assinatura deste Acordo representou a salvaguarda dos seus associados que prestam serviço no Sardoal e em Abrantes. O presidente do SNBP, Sérgio Carvalho, lamentou que,

com a desculpa da crise, se esteja a assistir a um “esvaziamento” dos corpos de bombeiros e a uma tentativa de “privatização do socorro”.

Do lado do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Maria Helena Rodrigues lembrou a importância deste acordo para a “compatibilidade da vida profissional com a vida familiar”.

Já Nobre dos Santos, da FESAP, considerou que estes acordos resolvem problemas que existem no setor, lembrando que somos “confrontados com um governo que através do horário de trabalho corta nos salários”.

A Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo, também presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Maria do Céu Albuquerque, considerou que o acordo é “importante para todos os colaboradores, permitindo-lhes uma maior motivação que certamente irá permitir um maior empenho e des- empenho nas funções de cada um”.

entrevista

O presidente da Câmara Municipal do Sardoal, Miguel Borges, falou ao Alto Risco da importância deste Acordo e dos desafios que se colocam aos bombeiros municipais do Sardoal.

O que é que este documento traz de importante para os bombeiros?

Os bombeiros, apesar da sua especificidade, são trabalhadores como os outros, com os mesmos direitos e obrigações. Têm um estatuto especial, por serem bombeiros que são, e pelo importante papel que têm na proteção civil. De qualquer forma, consideramos importante que todos os nossos trabalhadores mantenham esta componente social, que tenham tempo para estar com os seus, num período de vida de todos nós, castigado por situações diversas de que não vale a pena falar. Sardoal é um dos 21 concelhos do país que tem bombeiros municipais, dos quais muito nos honramos, mas queremos que as pessoas sintam que são trabalhadores para os quais o município e presidentes de Câmara têm uma atenção especial.

Que alterações é que deveriam ser feitas no que toca ao financiamento das autarquias com bombeiros profissionais?

É uma preocupação grande e há aqui alguma injustiça. Acho que os governantes deveriam olhar de igual forma para todos os municípios. Se investimos o que investimos nos bombeiros é inerente ao nosso território e vem na inerência dos orçamentos de Estado. Não é justo quando nem todos os municípios olham para os seus bombeiros da mesma forma.

Está previsto um concurso para mais bombeiros para que a nossa proteção civil seja feita. Não temos apenas bombeiros municipais, temos também um conjunto grande de voluntários, que depois de um dia de trabalho, continuam a dar pela sua comunidade. Neste momento não recebem nada em troca senão o agradecimento.



Falou em admitir mais bombeiros. Isso não vai contra as medidas restritivas do Governo?

Termos tido bombeiros a aposentar-se. A nossa intenção é abrir concurso até seis. Mas achamos que as nossas necessidades são de cinco. Depende dos serviços que quisermos fazer. Se quisermos alargar as nossas competências poderemos ir até seis. Não sabemos é se o governo nos vai autorizar. Até porque aqui depois há uma penalização para os municípios que têm bombeiros. Nós temos 18 bombeiros municipais (que nem todos os municípios têm), temos mais cinco sapedores florestais (que nem todos os municípios têm), ou seja, quando olhamos para o mapa de pessoal dos municípios e vemos o Sardoal no topo dos municípios que têm maior número de trabalhadores por número de habitantes, na verdade temos que contar também que temos bombeiros municipais que outros não têm.

Há previsão para abertura desse concurso?

A alteração do mapa de pessoal está prevista para ir à Assembleia Municipal durante o mês de Abril. A seguir vamos pedir autorização ao governo para nos deixar abrir o concurso.

Temos um corpo reduzido para dar conta do território. Sendo eu o responsável máximo de tudo isto, não posso deixar de me preocupar. Acho também que a Associação Nacional de Municípios terá aqui um papel muito importante.

entrevista

A presidente do Conselho Intermunicipal do CIMT, Maria do Céu Albuquerque, falou ao Alto Risco sobre a assinatura deste Acordo.

Que vantagens traz este Acordo?

É importante porque foi aprovado pelos 13 municípios e pela própria Comunidade Intermunicipal. Hoje não estão aqui todos, porque há três municípios que estão a terminar as negociações com um dos sindicatos, mas em breve terão condições para o fazer.

Para nós é importante porque é o repórter do que nos parece justo para os nossos colaboradores que estão muito penalizados pela desvalorização dos seus rendimentos, mas também pelo aumento das prestações sociais e pela carga fiscal que impende sobre os seus vencimentos o que traz condições diferentes às suas vidas pessoais. Mas também criar aqui possibilidade das câmaras fazerem a gestão dos seus próprios recursos em função das suas necessidades, sempre de mútuo acordo com o colaborador, que terá que aceitar em primeiro lugar este regime de adaptabilidade e esta bolsa de horas, até porque também estamos convictos de que este acordo com estas duas vertentes também permite aos próprios ter aqui uma outra forma de agilizar as suas vidas pessoais: por um lado ficam com outra disponibilidade para a sua familiar, mas também dá a oportunidade a quem tem outras atividades que complementam o



seu orçamento familiar, de gerir a sua própria vida. Estamos satisfeitos com a unanimidade deste processo, mas porque também estamos convictos de que este processo responde àquilo que são as vontades de ambas as partes e também a uma gestão mais eficiente e eficaz daquilo que se pretende em todo o território.

Foi fácil chegar a este documento?

Sim, foi por unanimidade as 35 horas. Todas as câmaras achavam que sim. E com esta questão da criação da bolsa de horas e do regime de adaptabilidade foi fácil porque se percebeu que estávamos a ir de encontro a uma vontade dos próprios colaboradores, criando condições de aplicação de uma maior justiça em relação às questões de que falei, mas por outro lado porque também todas as Câmaras têm a perceção de que este mecanismo vai permitir fazer uma gestão mais eficiente e mais eficaz dos recursos que estão disponíveis para o nosso trabalho.

convocatória



CONVOCATÓRIA DA ANBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da ANBP - Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar no dia 30 de Abril de 2014, pelas 11H00 na sede nacional da ANBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação do Relatório de Contas do ano de 2013
2. Aprovação da alteração dos Estatutos.
3. Outros.

Se à hora marcada, não estiverem presentes o número legal de associados, realizar-se-á a mesma Assembleia, meia hora depois, com qualquer número. Lisboa, 25 de Março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível

madeira



A Região Autónoma da Madeira tem uma equipa de canyoning e águas bravas que é única no país. Existe há cinco anos na região e é constituída por 19 bombeiros. Treinam uma vez por mês nas 42 canyoning equipadas para situações de resgate.



CONVOCATÓRIA DO SNBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do SNBP - Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar no dia 30 de Abril de 2014, pelas 11H30 na sede nacional do SNBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação do Relatório de Contas do ano de 2013
2. Aprovação da alteração dos Estatutos.
3. Outros.

Se à hora marcada, não estiverem presentes o número legal de associados, realizar-se-á a mesma Assembleia, meia hora depois, com qualquer número. Lisboa, 25 de Março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível

aniversário figueira da foz



► João Ataíde passa revista à formatura dos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz

Bombeiros Municipais da Figueira da Foz celebraram 149 anos

Os Bombeiros Municipais da Figueira da Foz comemoraram no dia 11 de Março 149 anos. Na sessão solene evocativa do aniversário da corporação, o presidente da Câmara Municipal manifestou o total apoio da autarquia, já que se trata de “um serviço público de primeira necessidade”. João Ataíde explicou, na sua intervenção, que “não há uma política clara e definida de proteção civil, o que cria dificuldades no exercício das funções” dos bombeiros. O presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz ouviu o comandante, Nuno Osório, apelar à autarquia para que os bombeiros municipais passem a designar-se de sapadores, já que é “uma mudança que não tem custos

para o erário público”, acrescentou.

Também o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, defendeu ser urgente “pensar na modernização e valorização profissional”, fazendo referência aos “desequilíbrios” na legislação entre as corporações”. Lembrou ainda que os bombeiros municipais são técnicos “que sabem responder e que estão sempre na primeira linha de ação”. O corpo de bombeiros municipais da Figueira da Foz é o segundo mais antigo do distrito de Coimbra.

Durante a cerimónia foram também distinguidos, por assiduidade, os bombeiros Eduardo Joane e Alexandre Santos.



► O comandante Nuno Osório



► O presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, João Ataíde

caldas da rainha



Bombeiros de Caldas da Rainha receberam formação de primeiros socorros psicológicos

Quinze elementos do corpo de Bombeiros das Caldas da Rainha frequentaram nos dias 28 de Fevereiro e 1 e 2 de Março, uma ação de Formação de Primeiros Socorros Psicológicos sendo a primeira no Distrito de Leiria, no âmbito do projeto Bombeiros Século XXI da Escola Nacional de Bombeiros.

A atividade exercida pelos corpos de Bombeiros encontra-se cada vez mais exposta a fatores de risco que podem ter influência na integridade física e psicológica a quem a vivência de um acontecimento traumático pode desencadear várias reações ao nível emocional, cognitivo e comportamental.

De acordo com informação prestada

por fonte da corporação ao Alto Risco esta formação vem dotar estes operacionais de instrumentos e metodologias de intervenção em situações de emergência, desastre ou catástrofe, provocados por eventos traumáticos. O objetivo é na primeira abordagem e execução dos primeiros socorros psicológicos, os Bombeiros prestarem aos sobreviventes de um incidente e aos familiares das pessoas envolvidas, assim como aos próprios elementos das equipas de emergência intervenientes, um trabalho baseado nos conhecimentos agora adquiridos, que vise a estabilização emocional dos envolvidos até à chegada de equipas diferenciadas de apoio psicosocial.

Pub

POR BONS CAMINHOS.

Diariamente a Celbi leva o nome de Portugal aos mercados mais evoluídos. Criando riqueza, promovendo emprego, protegendo o ambiente e valorizando os recursos naturais e humanos, a Celbi mantém-se fiel ao seu objectivo: ser o melhor produtor europeu de pastas de fibra curta e estar entre os mais competitivos, à escala global!





notícias



► O Presidente da ANPC cumprimenta o comandante da 1ª Companhia do RSB, Fernando Curto

A convite do Comandante Tenente-Coronel Pedro Patrício, Presidente da ANPC visita RSB

O presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil visitou a 1ª Companhia do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, no dia 24 de março. O Tenente-General Manuel Silva Couto foi acompanhado pelo Comandante Nacional de Operações de Socorro, José Manuel Moura e pelo Diretor Nacional de Bombeiros, Pedro Lopes.

Na visita às instalações do quartel, na Avenida D. Carlos I, o presidente da ANPC mostrou disponibilidade para trabalhar com o RSB, salientando a importância da “articulação” entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e os Bombeiros do Regimento. “Trabalhamos todos para o mesmo”, reforçou. O presidente da ANPC disse estar atento às preocupações dos bombeiros

profissionais, apesar de assuntos como a carreira serem alheios às suas competências. Ainda assim, admitiu a possibilidade de influenciar/aconselhar instituições como a Associação Nacional de Municípios para a tomada de decisões.

Nesta visita do Tenente-General Manuel Mateus Couto, o Comandante do RSB Tenente-Coronel Pedro Patrício falou de algumas debilidades existentes atualmente no Regimento, nomeadamente ao nível dos equipamentos.

Fez ainda uma apresentação do módulo MUSAR/USAR, mostrou alguns dos equipamentos utilizados neste módulo, na parada da 1ª Companhia e falou das intervenções do RSB quer ao nível nacional quer ao nível internacional,



► O Comandante do RSB Tenente-Coronel Pedro Patrício apresenta SALOC ao Presidente da ANPC



► Assinatura do Livro de Honra do RSB

notícias



Major-General Arnaldo Cruz condecorado com Grã-Cruz da Ordem de Mérito

O Major-General Arnaldo Cruz, foi condecorado a 17 de março com o grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito pelo Presidente República que reconhece o trabalho desenvolvido durante quase sete anos na liderança daquela estrutura, 45 anos de carreira pública.

Major-General Arnaldo Cruz foi presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) entre fevereiro de 2006 e novembro de 2012.

Recordando desde as comissões em Angola à recente experiência na ANPC, Major-General Arnaldo Cruz considerou que a homenagem não teria sido possível sem “a extrema dedicação e exemplar disponibilidade” de todos os que o rodearam profissionalmente, destacando “a elevada consciência de serviço público” dos seus colaboradores. Numa altura em que se celebram os 40 anos de abril, saudou ainda de forma particular os que “mais devotadamente se empenharam nesse sonho por um Portugal livre, mais justo e democrático”.

A distinção foi entregue no decorrer de uma cerimónia presidida pelo ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, e teve ainda a presença do

presidente de Câmara de Proença-a-Nova, João Paulo Catarino.

Esta distinção vem juntar-se a outras já recebidas pelo Major-General. Em outubro de 2012, pouco antes de deixar a ANPC por ter atingido o limite de idade, foi-lhe entregue pelo presidente do governo de Espanha, Mariano Rajoy, a Medalha de Mérito de Proteção Civil, grau prata, distintivo azul. O gesto visou homenagear a colaboração de Portugal com Espanha, nas operações de combate a incêndios florestais que deflagraram no verão de 2012 no país vizinho. Em março de 2013, foi a vez de ser reconhecido como personalidade do ano pela Asprocivil, numa cerimónia presidida por Maria Barroso e em maio do mesmo ano a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais distinguiu-o com um Prémio Prestígio.

Natural de Sobreira Formosa, o Major-General Arnaldo Cruz foi entre 1998 e 2002 assessor militar do então primeiro-ministro, António Guterres. Antes de ser nomeado para a presidência da ANPC, desempenhava as funções de assessor do secretário de Estado Ascenso Simões, no governo socialista liderado por José Sócrates.

ae odemira



A.H.B.V. Odemira revêem Acordo com ANBP/SNBP

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira assinou a revisão de Acordo de Empresa com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profis-

sionais no dia 20 de Março. O documento garante os direitos adquiridos pelos trabalhadores e o enquadramento do horário de trabalho, sendo uma mais-valia na gestão e funcionamento do corpo de bombeiros.

Pub

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda
Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885 - 999 Esmoriz, Portugal.
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184
3885 - 530 Esmoriz
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
info@jacinto-lda.com
www.jacinto-lda.com

decif



DECIF 2014 aposta no reforço de equipas

A época mais crítica em incêndios florestais, entre 1 de Julho e 30 de Setembro, vai este ano contar com 2220 equipas das diferentes forças envolvidas. O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), apresentado a 26 de março, vai ser reforçado com mais 250 bombeiros e quatro meios aéreos em relação ao ano passado e terá um custo de 85 milhões de euros. Um investimento que será inferior ao do ano passado (menos sete milhões e meio).

Ao todo, a fase Charlie conta com 9.697 elementos, 2.027 veículos e 49 meios aéreos, segundo o DECIF apresentado por José Manuel Moura.

Em conferência de imprensa o comandante operacional nacional adiantou que este ano vai também ser reforçada a utilização de máquinas de rasto, devendo ainda recorrer-se “preferencialmente” a autocarros para fazer o transporte dos bombeiros que vão ser rendidos durante os incêndios.

Está também previsto um reforço de rádios SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), pretendendo a Autoridade Nacional de Proteção Civil entregar os 2.600 rádios até ao final de abril.

O comandante operacional nacional destacou a “segurança” dos elementos envolvidos no combate como o principal objetivo durante a época de incêndios e só depois a área ardida, numa evocação das vítimas dos incêndios do ano passado. “A grande preocupação é a segurança das forças”, disse, sublinhando que esta é

uma atividade que não deixará de ser de risco.


















Já o Ministro da Administração Interna adiantou a intenção de adquirir aviões Canadair, que poderão não ser em primeira mão, ainda no decorrer deste ano.

Antes da conferência de imprensa, realizou-se na Autoridade Nacional da Proteção Civil, em Carnaxide, uma reunião da Comissão Nacional de Proteção Civil para apreciação e aprovação da Diretiva Operacional Nacional, documento de planeamento e de organização operacional do DECIF.

Em 2013, os incêndios florestais provocaram nove mortos, oito bombeiros e um autarca, e consumiram mais de 145 mil hectares, a maior área ardida dos últimos oito anos.



Combate a incêndios florestais para 2014

	Meios terrestres					Meios aéreos			Meios empenhados em todas as fases
	Autotanques e todos os veículos de apoio	Recursos humanos	Equipas de vigilância	Equipas de vigilância e ataque inicial	Equipas de combate	Helicópteros de combate inicial	Helicópteros pesados	Aviões anfíbios	
									
Alfa	01/01 a 14/05								
Bravo 15/05 a 30/06	1251	5171	512	315	681	21	5	8	 20
Charlie 01/07 a 30/09	2027	9697	679	378	1163	36	5	8	 164
Delta 01/10 a 31/10	1247	5323	442	315	490	11	5	8	 3
Echo	01/11 a 31/12								 1
									 1
									 1
									 209
									 114

Fonte ANPC

entrevista mai



Ministro realça aumento de verbas no combate aos incêndios florestais

Durante a conferência de imprensa de apresentação do DECIF 2014, o ministro da Administração Interna, Miguel Macêdo, respondeu às questões colocadas pelos jornalistas. O Alto Risco registou.

Quais os gastos com o DECIF em relação a 2013?

No ano passado o que estava previsto eram 78,5 milhões de euros, montante que foi reforçado com mais 14 milhões de euros devido aos incêndios, tendo sido gasto, por exemplo, nas viaturas dos bombeiros que arderam. Este ano os gastos ascendem a 85 milhões de euros, devido ao reforço dos meios aéreos, designadamente dos Canadair e dos Firefox, que este ano estão no dispositivo e que no ano passado não estavam.

Como está a questão dos proprietários que deviam limpar as matas para evitar os incêndios e as multas que lhes deviam ser aplicadas?

Essa questão está a ser tratada, mas não é no âmbito da minha direta responsabilidade. Não me vou pronunciar, neste momento, sobre essa matéria.

Vai haver um reforço no dispositivo?

Está a ser feita uma aposta num dispositivo reforçado, que compreenda as questões e problemas colocados pelas corporações de bombeiros, e que crie condições para que as exigências operacionais não fiquem condicionadas por estrangulamentos financeiros das corporações.

O Estado vai ter mais meios aéreos próprios?

Estamos a ponderar uma situação de reforço de meios próprios do país para futuro, mas ainda não está concluído esse processo. Recebi na sexta-feira (21

de março) um dossier sobre esta matéria, preciso de algum tempo, mas não está posta de parte algum reforço de meios aéreos, ainda este ano.

O que tem a dizer sobre a reivindicação do presidente da Liga de Bombeiros, Jaime Marta Soares, para o aumento de 45 para 46 euros de participação para os bombeiros voluntários que vão fazer parte do dispositivo?

Este ano, tendo em conta o conjunto de acréscimo de despesas para o dispositivo, tínhamos de fazer uma opção: ou tínhamos mais equipas ou tínhamos este ligeiro aumento de um euro por dia para cada uma das equipas, o que significava, neste dispositivo, um aumento superior a meio milhão de euros. Fizemos a opção, queremos mais de 50 equipas e 250 homens no período crítico. No ano passado, o valor pago aos bombeiros aumentou de 41 para 45 euros por dia e foi resolvido o problema da incidência do IRS sobre estes valores. Mas estou disponível para aumentar este valor no próximo ano.

Neste momento, não existem pilotos suficientes para pilotar os helicópteros Kamov, devido à saída de alguns durante este ano. Não teme que chegue a fase crítica dos incêndios florestais e existam helicópteros mas não haja pilotos?

Nós estamos atentos a essa situação. Tomamos as medidas que consideramos adequadas. Não está ainda posto de parte para este ano haver algum reforço de meios aéreos, dependendo do procedimento que ainda estamos a estudar. Mas, não posso adiantar mais nada.

comissão incêndios



Grupo de Trabalho para Fogos Florestais sugere clarificação da hierarquia operacional

O Grupo de Trabalho da Assembleia da República que analisou os incêndios de 2013 defende a obrigatoriedade de ativação dos planos de emergência municipal até às 16 horas de incêndio e a clarificação da hierarquia da estrutura operacional. O grupo, constituído por deputados de todos os quadrantes políticos, apresentou, em conferência de imprensa realizada a 27 de março, algumas recomendações.

Entre elas, a obrigatoriedade de convocatória das comissões municipais e distritais de proteção civil “com vista à obrigação de ativar os planos municipais de emergência até ao máximo de 16 horas de incêndio florestal municipal e planos de emergência distritais até ao máximo de 48 horas de incêndio florestal”.

O coordenador do grupo, Guilherme Silva, destacou que foi detetado, através de testemunhos, que “no ano passado determinados dispositivos deveriam ser acionados e muitas vezes não o são”. Os deputados querem ainda que seja clarificada “toda a hierarquia

da estrutura operacional, garantindo um só elemento no comando e o seu conhecimento por toda a estrutura, assim como enquadrar claramente na cadeia de comando os Adjuntos de Operações Nacionais e o Comandante Operacional de Agrupamento Distrital nos teatros de operação”.

“O comando único existe. Nós precisamos é que com uma figura nova do CADIS seja clarificada de novo a hierarquia. Quem é que responde de novo a quem”, justificou o deputado Miguel Freitas (PS).

Entre as medidas, os deputados propõem também que seja assegurada a vigilância móvel em permanência sempre que se verificar um estado de alerta superior a amarelo, o apoio logístico alimentar as equipas que vão para as frentes, a existência de um dispositivo de máquinas de rasto, a mobilização de operacionais com base na regra de proximidade e que “todas as corporações que vão de fora tenham um guia local, que esteja integrado dentro do dispositivo de combate”.

XI Gala



XI Gala de Homenagem aos Bombeiros de Portugal

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais vai promover, no dia 24 de Maio, a XI Gala de Homenagem aos Bombeiros de Portugal. O cinema S.Jorge , em Lisboa,vai ser, mais uma vez, o palco desta homenagem, que pretende agradecer todos os que contribuem ou contribuíram para o desempenho da

atividade de bombeiro e recordar os que faleceram no exercício das suas funções. A cerimónia, marcada para as 21h00, contará com a entrega de Prémios Prestígio e Prémios Prestígio a título Póstumo, bem como com a atuação graciosa de vários artistas do panorama musical nacional.

LISTA DOS PRÉMIOS PRESTÍGIO PÓSTUMOS 2013

1. António Nuno Joaquim Ferreira – Bombeiro 1ª Classe – Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro
2. Pedro Miguel Jesus Rodrigues – Bombeiro 2ª Classe – Bombeiros Voluntários da Covilhã
3. Ana Rita Abreu Pereira – Bombeira 2ª Classe – Bombeiros Voluntários de Alcabideche
4. Bernardo Albuquerque de Vasconcelos Figueiredo – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários do Estoril
5. Cátia Pereira Dias – Bombeira 3ª Classe – Bombeiros Voluntários do Carregal do Sal
6. Bernardo Manuel Santos Cardoso – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários do Carregal do Sal
7. Fernando Manuel Sousa Reis – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários de Valença
8. Daniel Alexandre Preto Falcão – Bombeiro 2ª Classe – Bombeiros Voluntários de Bragança
9. Joaquim da Silva Mendes – Presidente da Junta de Freguesia de Queirã
10. Luís Manuel da Cruz Monteiro – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários de Belas

LISTA DOS PRÉMIOS PRESTÍGIO

1. Filipe Lobo d’ Ávila – Ex - Secretário de Estado da Administração Interna – Ministério da Administração Interna
2. Sebastião Seruca Emídio – Ex - Presidente da Câmara Municipal de Loulé
3. Susana Silva – Ex - Diretora Nacional de Bombeiros – ANPC
4. Coronel Joaquim Pereira Leitão – Ex Comandante do RSB – CML
5. Major de Engenharia Carlos Monteiro – Antigo 2º Comandante do RSB – CML
6. Daniel dos Santos Ramalho da Costa – Presidente de Direção da A. H. de Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova
7. Luís Mário Pereira Novais de Oliveira – Presidente de Direção da A. H. de Bombeiros Voluntários de Guimarães

MEDIA

8. Rui Araújo – Jornalista da TVI – Reportagem “Cruel Agosto” emitida a 18/11/2013
9. Hugo Franco – Jornalista do EXPRESSO
10. Site Bombeiros para Sempre

informação

Anuário dos Bombeiros Portugueses

No Primeiro Anuário dos Bombeiros Portugueses e Proteção Civil, por lapso, e por motivos alheios à nossa responsabilidade, não foram publicados os dados relativos a algumas corporações de Bombeiros do Distrito de Santarém e de outras localidades. Procederemos à devida retificação na próxima edição do anuário.

Aos visados, apresentamos as nossas desculpas públicas pelo lapso.

Pub



aniversário coimbra



Sapadores de Coimbra celebram aniversário e apresentam novo comandante

A Companhia Bombeiros Sapadores de Coimbra celebrou a 13 de março, o seu 233º aniversário. A data ficou marcada pela apresentação do novo comandante, Paulo Palrilha, depois do Chefe António Rosa ter interinamente assumido o comando da corporação desde janeiro deste ano.

O novo comandante Paulo Palrilha, mostrou a intenção de “reforçar a componente formativa” dos “bombeiros e colaboradores” da companhia e anunciou que vai propor à Escola Nacional de Bombeiros “a criação de um polo de formação na CBS [de Coimbra], considerando os seus excecionais recursos humanos e infraestruturas para a formação, algumas destas únicas no país”.

A promoção de atividades de “formação cívica e de sensibilização junto dos estabelecimentos escolares” é outra das preocupações do novo responsável pela CBS de Coimbra, na qual projeta criar “uma casa escola para este efeito”.

Paulo Palrilha preconizou também o reforço da parceria da companhia com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), no sentido de ela se assumir como “um parceiro fundamental na emergência pré-hospitalar, visando a segurança dos cidadãos do concelho” de Coimbra.

Proteção Civil gasta mais de três milhões de euros por ano à Câmara
A proteção civil em Coimbra repre-

sentia “custos diretos superiores a três milhões de euros por ano”, que são “suportados apenas pelo município”, disse o presidente da Câmara daquela cidade, Manuel Machado a 13 de março, à margem das comemorações de aniversário da Companhia Bombeiros Sapadores de Coimbra.

Pub

Desde 1946

Pereira & Santos
Cash & Carry

lojaspérola
AQUI FRESCO

Há 68 anos a trabalhar para dinamizar o seu negócio

Adémia de Baixo -3021-901 COIMBRA
Tef. 239 433 550 • Fax 239 431 625
www.pereira-santos.com
admin@pereira-santos.com

13º congresso



Faro recebe 13º Congresso Nacional de Bombeiros Profissionais

A cidade de Faro vai ser a anfitriã do 13º Congresso Nacional de Bombeiros Profissionais. Entre os dias 12 e 13 de Abril os Bombeiros Profissionais de Norte a Sul do país e ilha da Madeira vão estar reunidos para discu-

tir os problemas que afetam o sector, para debater estratégias e para apontar propostas para dignificar a carreira de bombeiro. Num contexto social e economicamente difícil que o país atravessa, este

encontro de bombeiros pretende ser um encontro de ideias e de soluções para as grandes e incontornáveis questões que se prendem com a defesa do estatuto profissional e progressão de carreiras. Os bombeiros profissionais, enquan-

to elementos de corpos da função pública, têm sido afetados pelos constantes cortes nos vencimentos. Uma situação que se torna mais gravosa no caso dos bombeiros municipais, que, em algumas corporações, optaram pela emigração.

Regulamento do 13º Congresso da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

Artº 1º
Data e Local do Congresso
O Congresso Nacional da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais – ANBP, realiza-se no HOTEL EVA, na cidade de Faro, nos dias 12 e 13 de Abril de 2014.

Artº 2º
Composição e Direito de Voto
1.- O Congresso Nacional tem, no que respeita ao direito de voto, a seguinte composição:
a) Delegados Sindicais
b) Dirigentes Regionais
c) Dirigentes Nacionais
2.- Participam no Congresso, sem direito a voto, todos os Associados devidamente inscritos.

Artº 3º
Dos Órgãos de Congresso
1.- No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Fiscalização, a Mesa do Congresso e a Comissão de Honra.
2.- A Comissão de Fiscalização é constituída por quatro membros eleitos e presidida pelo Presidente do Conselho Fiscal, compete-lhe julgar a composição dos Órgãos do Congresso e respectiva identificação.
3.- A Mesa do Congresso é composta por cinco elementos, dois vice-presidentes, um secretário e um relator, é presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
4.- A Comissão de Prestígio/Honra do Congresso pode ser constituída até vinte (20) associados ou que estejam na situação de aposentação e que tenham desempenhado um papel relevante ao serviço da Associação e dos Bombeiros Profissionais em geral. Os membros da Comissão de Honra não têm direito a voto.

Artº 4º
Da Direcção
Os membros da Direcção e os Secretários Coordenadores têm assento directo na mesa do Congresso.

Artº 5º
Do Presidente do Congresso
1.- O Presidente é o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, compete-lhe iniciar os trabalhos do Congresso; conceder ou retirar a palavra e assegurar a normalidade dos debates coadjuvado pelos restantes elementos da Mesa nos termos em que for previamente acordado.

2.- Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e/ou impedimento.

Artº 6º
Ordem de Trabalhos
Ponto 1 – Eleição da Mesa do Congresso
Ponto 2 – Eleição da Comissão Fiscalizadora
Ponto 3 – Eleição da Comissão de Honra

Artº 7º
Funcionamento do Congresso
1.- As deliberações do Congresso Nacional são válidas desde que tomadas pela maioria do número total dos seus membros, e por maioria simples.
2.- O voto é pessoal e presencial.
3.- O Congresso pode funcionar com qualquer número de presenças.
4.- As propostas apresentadas para discussão e aprovação pelo Congresso, dispensam a respectiva leitura desde que tenham sido distribuídas a todos os congressistas.

Artº 8º
Das Intervenções
1.- Os congressistas poderão participar nos trabalhos através de intervenções, reclamações e declarações de voto.
2.- As intervenções poderão ser efectuadas mediante a entrega na mesa de um pedido de palavra.
3.- As reclamações, que são dirigidas à Mesa, à infracção dos Estatutos ou do Regimento do Congresso.
4.- À Mesa cabe deliberar imediatamente sobre as reclamações, com recurso, para o plenário do Congresso, por parte do reclamante.
5.- As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 45 dias após a data da realização do Congresso e entregue à Direcção Nacional.

Artº 9º
Da interpretação e integração das lacunas
Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

Artº 10º
Divulgação
O presente Regimento do 13º Congresso Nacional dos Bombeiros Profissionais será publicado no órgão oficial da ANBP, jornal "Alto Risco" depois de aprovado pela Direcção Nacional.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS

13º CONGRESSO NACIONAL DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS
"Bombeiros Profissionais unidos pela mudança no sector"
12 e 13 de Abril
Faro-Hotel Eva

extincêndios

Equipamentos de Protecção
e Segurança, S.A.



EXTINÇÃO

PROtecção INDIVIDUAL

BOMBEIROS

SINALIZAÇÃO

MILITAR/POLICIAL

DETEcção DE INCêNDIOS/INTRUSÃO/CCTV

Sociedade Anónima
Capital Social: 102.186,88 Euros
Mat. C.R.C. Torres Vedras sob nº501.390.324
Contribuinte nº501.390.324

www.extincendios.pt

TORRES VEDRAS
R. Cavaleiros da Espora Dourada, 15B
2560-658 Torres Vedras

T. +351 261 325 968 | F. +351 261 313 064 | geral@extincendios.pt

RAMALHAL
Estrada Nacional 8, nº54, Ramalhal
2565-646 Ramalhal

